



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**QUESTIONÁRIO DE INSPEÇÃO GERAL – CÍVEL E CRIMINAL**

<b>Comarca</b>	Curuçá
<b>Unidade inspecionada</b>	Vara Única de Curuçá
<b>Competência da unidade</b>	Geral
<b>Data de inspeção/edital</b>	20/03/2023 Edital N° 001/2023-CGJ, DJ 09.02.2023
<b>Responsável pelo preenchimento do questionário na unidade</b>	Cláudio Jorge Alves Inacio Júnior Analista Judiciário Mat. 207349
<b>Responsável pelo preenchimento do questionário da CGJ</b>	Breno Peck de Barros Mello, analista judiciário



**1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):**

**1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:**

José Maria Pereira Campos e Silva  
Titular desde 23/04/2013



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

---

**1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:**

a.	Férias: 30 dias em janeiro (Portaria 3767/2022-GP DJPA 17/10/22)
b.	Folgas compensatórias: zero
c.	Licenças: zero

**1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?**

Não se aplica

**1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?**

Zero

**1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?**

09/02/2023

**2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:**

**2.1. Quadro de pessoal:**

**2.1.1 Secretaria**

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	3
Exclusivamente comissionados(as)	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	7
Estagiários/as	0
Terceirizados/as	2

*A unidade recentemente passou por renovação de seu quadro funcional, contando com servidores recém removidos e recém empossados. Os servidores encontram-se em fase de adaptação.*

*Ademais, a unidade considera seu quadro funcional ainda aquém do necessário, ainda mais diante da ocorrência eventual de férias ou folgas funcionais.*

*Diante disto, foi solicitado, recentemente, que seja disponibilizado mais um servidor lotado na unidade, através do PA-OFI-2023/01401-A.*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

SubÁrea Comarcas do Interior  
 Lotação Vara Unica da Comarca de Curuca  
 Gestor(a) Diogo Alfredo Barros Pinheiro  
 Localização FORUM ESCRIVAO MANOEL DA CUNHA COUTO  
 Telefones (91) 3722-1455  
 E-mail Institucional

**Juiz Titular** Jose Maria Pereira Campos e Silva

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Alex Yan Barata Rocha	Estagiario	Estagiario	Normal
Claudio Jorge Alves Inacio Junior	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Danilo Guimaraes Resende	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Diogo Alfredo Barros Pinheiro	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Gisele Cristina dos Santos Nascimento	MUNICIPAL	Requisitado	Normal
Jose Maria Pereira Campos e Silva	Magistrados	Diretor do Forum de Curuca	Normal
Rosinete Cordovil Ferreira	MUNICIPAL	Requisitado	Normal

*Fonte: Painel de Informações Gerenciais de Pessoal - IGP em 30/03/2023*

**2.1.2. Gabinete:**

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
<b>Efetivos(as)</b>	0
<b>Exclusivamente comissionados(as)</b>	1
<b>Cedidos(as)/Requisitados(as)</b>	0
<b>Estagiários(as)</b>	1
<b>Terceirizados(as)</b>	0

SubÁrea Comarcas do Interior  
 Lotação Gabinete da Vara Unica da Comarca de Curuca  
 Localização FORUM ESCRIVAO MANOEL DA CUNHA COUTO  
 Telefones (91) 3722-1455  
 E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Leandro de Jesus Guedes Campos	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal

*Fonte: Painel de Informações Gerenciais de Pessoal – IGP em*

**2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho?** (Portaria nº 2897/2019, de 17/06/2019). **Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade?** (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Não

**2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial?** (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Através do painel de gestão de atividades.

*Abaixo: Telas do Painel de Gestão de Atividades capturadas em 30/03/2023 referentes aos meses de novembro e dezembro de 2022 e janeiro de 2023*

*Novembro de 2022:*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
DIOGO ALFREDO BARROS PINHEIRO	231	333	79
GISELE CRISTINA DOS SANTOS NASCIMENTO	584	614	223
ROSINETE CORDOVIL FERREIRA	135	257	45
<b>Total</b>	<b>950</b>	<b>1.204</b>	<b>346</b>

*Dezembro de 2022:*

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
CLAUDIO JORGE ALVES INACIO JUNIOR	51	85	44
DIOGO ALFREDO BARROS PINHEIRO	118	177	60
GISELE CRISTINA DOS SANTOS NASCIMENTO	309	350	132
ROSINETE CORDOVIL FERREIRA	106	230	36
<b>Total</b>	<b>584</b>	<b>842</b>	<b>267</b>

*Janeiro de 2023:*

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
CLAUDIO JORGE ALVES INACIO JUNIOR	428	579	183
DIOGO ALFREDO BARROS PINHEIRO	101	197	40
GISELE CRISTINA DOS SANTOS NASCIMENTO	280	226	66
ROSINETE CORDOVIL FERREIRA	119	229	36
<b>Total</b>	<b>928</b>	<b>1.231</b>	<b>311</b>

**2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?**

De acordo com o painel da gestão de atividades

- Restou verificado durante a inspeção que, apesar da distribuição de tarefas entre os servidores feita pela própria equipe levando em consideração matérias e tipos de movimentos, apenas realizam acompanhamento de dados numéricos de produtividade pelo Painel de Atividades, não havendo dados quanto a cumprimento de metas de cada servidor por período, tampouco avaliação quanto ao nível de complexidade das tarefas praticadas por cada um deles.
- A unidade não possui Plano de Ação para o ano de 2023.

**3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:**

**3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?**

Houve.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- A unidade relatou o TJPA-MEM-2021/18886 a respeito de reformas no telhado e outras melhorias, sem saber especificar.
- Não prestou informação a respeito das referências dos expedientes abertos para resolução de problemas estruturais. Soube informar, durante a inspeção, que houve melhorias recentes, com destaque para o Salão do Júri.
- Foi noticiado, por ocasião da inspeção que **persistem problemas com relação à telefonia fixa, à qualidade da internet e acesso ao Pje, bem como frequente oscilação de energia.**

#### 4. DADOS ESTATÍSTICOS:

##### 4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

\*Data de coleta de dados pela Unidade: 03/03/2023.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	3.395	3.496
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	126	176
Total do acervo com prioridade	586	578
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	583	578
Total de processos <b>conclusos</b> para o(a) magistrado(a)	649	679
Total de processos <b>conclusos</b> para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	244	225
Total de processo envolvendo prioridade legal <b>conclusos</b> há mais de 100 dias	0	0

##### 4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	Distribuídos (326) – Redistribuídos (5)  <i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 30/03/23, verificaram-se os seguintes números:</i>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

	<p><b>Novembro 22: 65 (total)</b> Denúncia 2 Distribuição 56 Mudança de Classe Processual 3 Redistribuição 4</p> <p><b>Dezembro 22: 67 (total)</b> Distribuição 65 Mudança de Classe Processual 1 Redistribuição 1</p> <p><b>Janeiro 2023: 73 (total)</b> Denúncia 8 Distribuição 61 Mudança de Classe Processual 3 Redistribuição 1</p>
Total de processos julgados	<p>172</p> <p><i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 30/03/23, verificaram-se sentenças com resolução do mérito, incluindo homologatórias, e sem resolução do mérito.</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Novembro 22: 78</li><li>• Dezembro 22: 24</li><li>• Janeiro 2023: 15</li><li>• Total geral: 117</li></ul>
Total de processos baixados definitivamente do acervo	<p>190</p> <p><i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 30/03/23, verificaram-se os seguintes números:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Novembro 22: 97</li><li>• Dezembro 22: 50</li><li>• Janeiro 22: 28</li><li>• Total geral: 175</li></ul>

**4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:**

*\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

<b>ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Decisões	214
Despachos	507
Sentenças com resolução de mérito	108
Sentenças sem resolução de mérito	60
Audiências realizadas	154

*Em 30/03/23, foram apurados os seguintes números no Painel de Gestão Judiciária - PGJ*

**Novembro 2022**

- *Decisão Interlocutória*      65
- *Despachos*      112
- *Sentença C/ Mérito*      51
- *Sentença S/ Mérito*      27
- *Audiências*      1

**Dezembro 2022**

- *Decisão Interlocutória*      35
- *Despachos*      93
- *Sentença C/ Mérito*      21
- *Sentença S/ Mérito*      3
- *Audiências*      6

**Janeiro 2023**

- *Decisão Interlocutória*      60
- *Despachos*      124
- *Sentença C/ Mérito*      4
- *Sentença S/ Mérito*      11
- *Audiências*      0

**4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?**

Não

**5. METAS NACIONAIS:**

**5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade? Anexar.**

O Magistrado realiza o controle dos índices de cumprimento de metas. O plano de ação seria elaborado pelo Servidor designado pelo magistrado, contudo, o mesmo pediu exoneração do cargo no mês de janeiro do corrente ano.

*Não há plano de ação*

Corregedoria Geral:

***Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção***



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**



## 6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

### 6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

a.	<input checked="" type="checkbox"/> Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
b.	<input checked="" type="checkbox"/> Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
c.	<input checked="" type="checkbox"/> Movimentação processual;
d.	<input checked="" type="checkbox"/> Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
e.	<input checked="" type="checkbox"/> Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
f.	<input checked="" type="checkbox"/> Controle dos prazos e imediata certificação.

**6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular nº 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE. (Ofício circular nº 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJEOR nº 0002009-73.2.00.0814)**

0001333-46.2012.8.14.0019;	0001763-22.2017.8.14.0019,	0004876-23.2013.8.14.0019
<ul style="list-style-type: none"> <li>0001333-46.2012.8.14.0019: não observou a orientação constante no ofício circular nº 048/2022-CGJ. Ocorreu sobrestamento em 08/03/21 pelo movimento 12101 - Inclusão do processo para julgamento eletrônico.</li> <li>0001763-22.2017.8.14.0019: suspensão pelo movimento 25 raiz em 07/06/19, permanece suspenso</li> <li>0004876-23.2013.8.14.0019: suspensão pelo movimento 25 raiz em 05/06/19, permanece suspenso</li> </ul>		

**6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução nº 483/CNJ-2022. (Resolução nº 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Não constam registros de cadastro de bens no SNMP

*Durante a inspeção constataram-se duas salas repletas de bens apreendidos de variados tipos: motocicletas, televisões de tubo, computadores de mesa, botijão de gás, dentre diversos outros itens.*

*Os bens não estavam inventariados e nem vinculados a nenhum processo.*

*A unidade se comprometeu a inventariar, regularizar e dar destinação a estes bens.*

*Na ocasião, houve orientação no sentido de utilizar o SNGB para a gestão de bens apreendidos.*





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**



**6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados de quaisquer naturezas de comunicação?**

Sempre que observada a necessidade de atualização.

**6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?**

6276. Processo mais antigo: 0000874-15.2010.8.14.0019

*A unidade não utiliza essa barra de tarefas agrupadores, razão do acúmulo.*

**6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?**

Sim

**6.7. A remessa de processo no PJE está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.**

Sim, através de decisão fundamentada. Processo nº 0800312-50.2022.8.14.0019

*Verificado. A remessa foi motivada e fundamentada.*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

---

**6.8. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?**

575

*Foi reforçado à unidade na ocasião a importância de regularização da migração, para que todos os processos no PJE obtenham regularidade constatados pelas partes.*

**6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?**

33 processos em fevereiro

**6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?**

*Na ocasião da inspeção, foram localizados 28 processos nesta condição. A unidade então foi orientada no sentido de dar especial atenção aos prioritários não permitindo que fiquem paralisados por mais de 100 aguardando ato judicial ou atos de secretaria.*

**7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:**

**7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?**

SIM

**7.2. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)**

Não

*Foi orientada adoção de modelos padronizados com folhas de rosto de que constassem os requisitos do art. 250 do CPC.*

**7.3. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da secretaria.**

A última depuração foi feita em fevereiro de 2023.

**7.4. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?**

30 dias

**7.5. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Não há no momento

*Relevante ressaltar que a unidade não realiza controle de expedientes externos (mandados, cartas precatórias, ofícios), sendo orientada na ocasião a realizar.*

**7.6. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.**

Sim. Excesso de trabalho e deficiência de servidores, a comarca não atende à lotação paradigma.

*Na ocasião, foi identificado o Oficial de Justiça com mais mandados pendentes e foi orientada sua atuação e a como proceder à correta devolução dos mandados.*

**8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:**

**8.1. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.**

Foram realizadas 59 audiências, sendo que 02 audiências foram realizadas na modalidade virtual e 01 audiência de forma híbrida, constando nos três processos pleito das partes.

**8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?**

100 audiências

**8.3. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?**

Não

*Informação corroborada na ocasião da visita.*

**8.4. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)**

Zero

**8.5. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)**

Não há processos suspensos

**8.6. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**últimos 6 meses (infância e juventude)?** *(Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)*

Não há criança/adolescentes cumprindo medidas de internação e semiliberdade, bem como não houve casos de acolhimento no período de 06 meses.

**8.7. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?**

0

**8.8. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?**

*Na ocasião, foi constatado que havia três pendências no Sistema Nacional de Adoções - SNA, sobre as quais houve recomendação de imediata regularização. São os processos:*

- 0002989-96.2016.8.14.0019: foi realizada movimentação para o MP na ocasião
- 0800513-42.2022.8.14.0019: TJMA declinou competência. Na ocasião o mandado estava com o Oficial de Justiça com prazo extrapolado. Em consulta ao PJE em 31/03/23, o mandado foi registrado como cumprido em 21/03/23.
- 0800357-54.2022.8.14.0019: destituição do poder familiar atrasada. Em 31/03/23 foi registrado movimento de 28/03/23 com solicitação de profissional para coleta de DNA.

**8.9. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados?** *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

O assunto acerca da fiscalização é pautado sempre aos cartórios no momento da correição anual.

**8.10. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes?** *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Não possui posto avançado, bem como não possui casa de saúde. Não há cadastro de parteiras.

**8.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias?** *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Encontra-se devidamente identificado. Não há processos paralisados há mais de 100 dias.

**8.12. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil?** *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Não constam informações sobre a existência de localidade com potencial de sub



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

registro civil e nem se encontra planejada ação que vise erradicar o sub registro.

**8.13. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?**

Sim.

**8.14. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?**

SIM

*Os servidores esclareceram que a ferramenta utilizada é o Painel de Gestão, mas não há estratégia ou parâmetro definido de forma que a unidade possa atuar estrategicamente sobre o acervo paralisado e que providências adotam para evitar que entrem nos 100 dias paralisados.*

**8.15. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (página de abertura do Painel de Gestão Judiciária - PGJ)?**

*Os servidores não tinham conhecimento a respeito dos cursos autoinstrucionais, no que foram orientados a buscar ativamente por novos cursos e oportunidades, em especial na plataforma de ensino à distância e os cursos autoinstrucionais.*

**8.16. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (Painel de Gestão Judiciária - PGJ)?**

242 processos

## **9. ROTINA CRIMINAL**

**9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:**

a	(X)	Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
b	(X)	Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
c	(X)	Movimentação processual;
d	(X)	Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
e	(X)	Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
f	(X)	Controle dos prazos e imediata certificação;
g	(X)	Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
h	(X)	Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba "Informações Criminais"



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo?** (Diretriz Estratégica nº 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízes criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)

Sim

**9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”?** (Resolução nº 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria nº 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

Atualmente os atendimentos ocorrem presencialmente, por e-mail ou telefone

**9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)?** (Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)

Há uma tabela para acompanhamento dos processos envolvendo todos os presos provisórios

*A tabela, contudo, não tem dados completos para todas as informações solicitadas, p. ex., local da custódia, controle de prazo de fim de inquérito.*

**9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias.** (Resolução nº 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). **É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?** (artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)

Sim, o magistrado realiza sempre dentro do prazo a avaliação da prisão cautelar do preso provisório.

**9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento?** (Diretriz Estratégica nº 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)

A média de julgamento de processos envolvendo réus presos é de 60 à 90 dias.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? (Anexar cópia do último relatório)**

Não há estabelecimentos penais

*Há delegacia na comarca. O estabelecimento não possui área de carceragem. O pátio está lotado de motocicletas. A unidade não soube informar se os bens localizados na delegacia possuíam vínculo com algum processo judicial.*





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**



**10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:**

**10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução nº 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).**

É verificado sempre quando há decisão por parte do magistrado determinando a inclusão do registro BNMP, através do decreto prisional (decisão) e a retirada após a concessão da liberdade provisória. As movimentações são sempre realizadas através do RJI.

**10.2. Considerando a Resolução nº 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)**

Sim.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução nº 417/2021-CNJ?**

SIM

**10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?**

Sim, ao cadastra o alvará ou mandado de desinternação no BNMP, logo após o seu cumprimento em mesmo de 24h da decisão.

**10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?**

Não há registros de ocorrências da falta de cumprimento do Alvará nesta Comarca, caso eventualmente ocorra, o Magistrado demonstrou ciência dos procedimentos a seguir.

## **11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:**

**11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução nº 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)**

Não há data específica para a realização da contagem de prazos processuais na comarca. A contagem dos prazos é feita caso a caso, de acordo com a necessidade de análise processual, e na medida em que a secretaria movimentava os processos.

**11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento nº 15/2009-CJRMB? (Provimento nº 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)**

15/02/2023

## **12. EXECUÇÃO PENAL:**

*(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)*

**12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:**

Data do preenchimento dos dados: 26/04/2023

PERFIL NO SEEU	Regime fechado e semiaberto	Regime aberto e medidas alternativas



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Total de Execuções Ativas:	PREJUDICADO	133
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA	PREJUDICADO	0
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA	PREJUDICADO	1
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA	PREJUDICADO	2
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor	PREJUDICADO	2
Processos com pendência de implantação*	PREJUDICADO	2
Processos com inconsistências*	PREJUDICADO	2
Total de processos conclusos	0	10
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.	0	0

**12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?**

Em consulta ao sistema SEEU, verificou-se que existem 97 apenados cumprindo pena restritiva de direito, 34 cumprindo pena privativa de liberdade em regime aberto e 1 cumprindo suspensão condicional da pena (25/04/2023).

**12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento**

Não existem réus presos por sentença condenatória

**12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial**

Não há execução de medidas de segurança na comarca

**12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução nº 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)**

Não existem réus presos por sentença condenatória nesta comarca

**13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:**

**13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução nº 213/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto nº 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução nº 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

*a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto nº 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)*

**Sim.**

**13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?**

10/03/2023

**13.3. Perfil da pauta:**

**a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?**

48

**b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?**

13/04/2023 (processo nº 0801154-30.2022.8.14.0019)

**14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:**

**14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas para os próximos 03 (três) meses?**

Nenhuma

**14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?**

0

**14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.**

02

**15. CORREIÇÃO ANUAL:**

**15.1. Data da última correção anual realizada na Unidade Judicial:**

15/02/2023

**15.2. Data da última correção realizada pela Corregedoria?**

15/02/2023

**15.3. Existem registros de recomendações na correção ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?**

**Em consulta ao PJECOR, verificou-se que ainda não constam recomendações referentes à última correção.**

*A decisão correicional da autocorreção realizada pela unidade no PJECor nº 0000302-70.2022.8.14.0301 tem as seguintes recomendações.*

- Formalizar à Secretaria de Informática do TJPA solicitando substituição de equipamentos de informática e providências sobre aquisição de computador e nobreak;*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- Com a renovação do parque tecnológico do TJPA, houve mudança destas necessidades.
- *Elaborar, com auxílio da Coordenadoria de Planejamento e Gestão do TJPA, plano de ação para o ano de 2022, tendo como principal orientador atingir grau de cumprimento Meta 1 e 2 – Nacionais, a baixa processual e a redução de processos paralisados há mais de 100 dias;*
  - **A unidade não elaborou plano de ação. Foi orientado, na ocasião, que realizasse plano de ação com orientação do DPGE.**
- *Regularizar todas as pendências apontadas no diagnóstico do sistema SEEU, determinando aos servidores da Unidade que utilizem integralmente as ferramentas do referido sistema no processamento e acompanhamento das execuções penais, cumprindo o que determina a Resolução n. 23/2016-GP, de 13/07/2016;*
  - **A correta e frequente utilização o sistema SEEU foi reforçada na ocasião da inspeção.**
- *Verificar sala no fórum (sala passiva) e estabilidade do serviço de internet para realização de audiência por vídeo conferência com juízo deprecante*
  - **A unidade não possui sala passiva exclusiva para essa função, mas, quando necessário, adapta sua sala de audiências.**
- *Identificar as cartas precatórias que apresentem finalidade de oitiva de testemunha ou parte, solicitando em seguida ao juízo deprecante cooperação no sentido de realizar por videoconferência a audiência de oitiva, para tanto, devendo fazer envio de link e data para realização do ato, a partir do qual será intimado o residente na comarca, em tudo observados os princípios da razoável duração do processo, da eficiência e também garantindo a identidade física do juiz*
  - **A unidade não conta com controle de expedientes externos (mandados, cartas precatórias e ofícios), conforme observado no item 7.5. Neste sentido, foi orientada a realizar controle, que deve contar com prazos que orientarão a unidade a efetuar a cobrança da devolução, para evitar que o não cumprimento destes expedientes acabe paralisando os processos.**
- *Fomentar junto aos Órgão Públicos municipais e o Ministério Público providências para instalação de abrigos para situações de acolhimento, evitando o encaminhamento de crianças e adolescentes a comarca vizinha;*
  - **Iniciaram conversas.**
- *Adotar providências para que os autos com carga externa em aberto sejam devolvidos;*
  - **O acervo se encontra digitalizado.**
- *Nos feitos com pendência de pagamento de custas, conforme relatório de fiscalização emitido pela Coordenação de Arrecadação, adotar o procedimento para expedição de crédito, após autorização judicial, conforme §6º, art. 46 da Lei 8.328/2015 – Lei de custas;*
  - **Aguardando o novo relatório do setor de arrecadação.**
- *Reduzir a percentual inferior a 5% os processos paralisados no gabinete, mantendo até final do ano de 2022, evitando movimentação processual que não corresponda ao trâmite regular;*
  - **A partir dos dados registrados no item 4 do relatório, calcula-se que**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**6% do acervo se encontra paralisado em gabinete.**

- *Atualizar o SNA;*
  - **Como mencionado no item 8.8, foi dado andamento nos processos referentes às três pendências identificadas na ocasião da inspeção.**
- *Identificar os veículos que se encontram no ambiente do Fórum, objeto de processo fazendo de imediato conclusos os autos para destinação, observada a fase processual;*
  - **Como mencionado no item 6.3, a unidade possui motocicletas armazenadas em duas salas, sem que se saiba qual sua vinculação com processos, tendo ocorrido orientação, na ocasião, para que seja realizado inventário, vinculação e destinação destes bens, extensivo aos outros bens de menor valor no mesmo local.**
- *Realizar triagem e separação dos processos julgados e não baixados, providenciando de imediato digitalização e migração de processos que tenham sido objeto de recurso;*
  - **Digitalização concluída.**
- *Identificar os processos que compõem o acervo de julgados e não baixados, realizando a atualização da fase processual para aqueles que se encontrem em cumprimento de sentença;*
  - **A unidade tem realizado baixa e regularização dos julgados e não baixados quando da realização de tarefas corriqueiras, sem planejamento. Na ocasião foi orientado a utilizarem o Painel de Gestão Judiciária – PGJ e Painel PIB para orientação das baixas e acompanhamento dos resultados.**
- *Realizar os cursos Rotinas cíveis no PJE e fluxo do PJE Criminal. Os cursos encontram-se disponível no ambiente virtual da Escola Judicial do TJPA;*
  - **Como mencionado no item 8.15, os servidores não possuíam familiaridade com o ambiente educacional do TJPA, sendo instruídos a buscar ativamente por novos cursos e a participar deles, em especial os realizados por ensino à distância.**
- *Identificar processos fora da unidade intimando para devolução, conforme consta do relatório, providenciando imediata digitalização e migração PJE;*
  - **Como mencionado anteriormente (v. item 7.5), a unidade não possui controle de expedientes externos e foi orientada a estabelecer um.**
- *Realizar a conclusão da digitalização e migração dos processos físicos ao PJE;*
  - *A unidade relatou que designou um estagiário para realizar a tarefa, e que restam apenas juntar mídias de dez processos.*
- *Elevar percentual de baixa processual a patamar de grau de cumprimento de 100%, acompanhando pelo painel PIB;*
  - **O Painel PIB revela baixa superior a 100% em 31/03/23.**
- *Reduzir a percentual inferior a 10% os processos paralisados na secretaria, evitando movimentação processual que não corresponda ao trâmite regular.*
  - **A partir do apurado no item 4.1 foi possível calcular que o acervo paralisado em secretaria era de 16%**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

---

Curuçá-PA, conforme assinatura eletrônica.

**SILVIA MARA BENTES**  
**DE SOUZA COSTA:4596** Assinado de forma digital por SILVIA  
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596  
Dados: 2023.04.26 12:26:52 -03'00'

**SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA**  
**Juíza Auxiliar da Corregedoria**

**BRENO PECK DE**  
**BARROS**  
**MELLO:74290452272** Assinado de forma digital por  
BRENO PECK DE BARROS  
MELLO:74290452272  
Dados: 2023.04.26 14:20:44  
-03'00'

**BRENO PECK DE BARROS MELLO**  
**Servidor(a) da CGJ**